

DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

*Ana Maria Motta Ribeiro*¹

*Janaína Tude Sevá*²

*Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa*³

*Deborah Zambrotti Pinaud*⁴

Resumo

Este trabalho aborda a temática das políticas públicas e desenvolvimento no Brasil a partir de resultados parciais da pesquisa realizada junto aos assentamentos rurais de reforma agrária e de colonização no município de Açailândia (MA). A pesquisa - fruto de um projeto de extensão universitária - objetivou um mapeamento dos principais conflitos fundiários e injustiças ambientais vivenciados pela população de assentados rurais na cidade localizada na Mesorregião do Bico do Papagaio (MA, TO e PA), território de encontro de projetos de mineração (Carajás) com as frentes de expansão do agronegócio. O mapeamento focalizou quatro dimensões das trajetórias e processos de lutas sociais dos assentamentos em questão: 1) processo histórico de ocupação e conquista da terra, 2) uso e ocupação do solo, 3) conflitos e 4) sonhos e projetos futuros. Historicamente ofuscados pelos processos hegemônicos de desenvolvimento, os assentados revelam a heterogeneidade dos processos de luta por terra e direitos no Brasil.

Palavras-chave: Assentamentos de Reforma Agrária; Mapeamento Participativo; Conflitos socioambientais.

Abstract

This paper addresses Brazilian public policy issue and development, focusing on agrarian reform and colonization rural settlements from the city of Açailândia (MA). We present partial results of a research, and this article goal is to discuss through a university extension project major land conflicts mapping and environmental injustices experienced by rural population settled in territory against mining projects (Carajás) or against the expansion fronts of the agribusiness in the area known as "Bico do Papagaio" Mesoregion (in the states of Maranhão, Pará, and Tocantins). The mapping is focused on four dimensions of settlements social struggles processes and paths: 1) land occupation and conquest historical process; 2) use and occupation; 3) conflicts; 4) dreams and future. Historically overshadowed by hegemonic processes of development, the settlers reveal the heterogeneity of processes of struggle for land and civil rights in Brazil.

Keywords: Agrarian Reform Settlements; Participatory Mapping; environmental conflicts.

¹ Professora Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Professora adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Email: anamotta26@hotmail.com

² Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e doutoranda do CPDA/UFRRJ. Email: janainatudeseva@gmail.com.

³ Bacharel em Ciências Sociais e mestrando no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. E-mail: rodolfolobato@hotmail.com.

⁴ Advogada (UCAM), mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF). deborahzambrotti@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar uma experiência de pesquisa e extensão universitária realizada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em assentamentos rurais no Município de Açailândia, no Sul do Maranhão. O campo de investigação está inserido na área interdisciplinar da Sociologia e do Direito, abarcando os temas: conflitos socioambientais rurais; desenvolvimento territorial e questão agrária no Brasil; metodologias participativas e tecnologias democráticas. Do ponto de vista empírico procurou-se orientar o olhar para o mapeamento participativo de demandas de acesso a justiça e aos direitos sociais básicos, bem como da violação dos direitos humanos das populações rurais e periféricas do referido município maranhense.

Sob a coordenação do Prof. Wilson Madeira Filho⁵ e da Prof.^a Ana Maria Motta Ribeiro, a UFF participou do Projeto Rondon⁶ entre agosto de 2011 e agosto de 2012. Integrando a *Operação Babaçu*, que tinha o objetivo de atuar em 14 Municípios de baixo IDH no interior maranhense, o trabalho de campo durou 20 dias, e foi realizado entre janeiro e fevereiro de 2012.

Ainda que pese o caráter assistencialista do Projeto Rondon, a equipe da UFF vislumbrou a possibilidade de realizar uma atividade de pesquisa e extensão junto a comunidades urbanas e rurais de Açailândia, por meio da metodologia pesquisa-ação. Além do fato de entrarmos pelo convênio Ministério da Educação - Ministério da Defesa em uma região que sempre foi objeto da intervenção estatal (e, não raro, militar), consideramos importante para garantir alguma isenção em nossos resultados de pesquisa, fazer um levantamento dos atores sociais e políticos locais para, então, escolher com quais perspectivas e a partir de quais objetivos trabalharíamos.

Como aponta Martins historicamente, e desde o período do regime ditatorial (1964), o

que os militares tentam fazer é administrar o enorme conflito social [...] decorrente da sua própria política econômica e fundiária, que vem

⁵ Professor Titular da Faculdade de Direito e Coordenador do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito da UFF (PPGSD/UFF).

⁶ “O Projeto Rondon é vinculado à Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Departamento de Ensino e Cooperação sob a coordenação do Ministério da Defesa, que permite aos universitários das Instituições de Ensino Superior Brasileiras (IES) na condição de voluntários e durante as férias acadêmicas, atuarem em ações sócio-educativas em municípios do Brasil. O Projeto Rondon é uma ferramenta extensionista que as IES (privadas e públicas) podem lançar mão para desenvolver projetos práticos de acordo com as temáticas do edital público do Ministério da Defesa às IES brasileiras” Mais informações em <http://www.univap.br/rondon/>.

DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

estimulando a entrada do grande capital na agricultura e na pecuária (Martins, 1984: 11).

Em contraposição a esta perspectiva, preocupava-nos enquanto Universidade dar visibilidade aos conflitos ocultados pelo elevado PIB municipal e pelas altas somas de recursos investidos nas plantas industriais e na Estrada de Ferro Carajás (EFC) instaladas no município.

Portanto, para a equipe da UFF, atuar no Projeto Rondon criticamente exigiu iniciar o conhecimento da região a partir de dados oriundos de instituições e atores sociais⁷ engajados no combate à desigualdade social e aos altos índices de violência no campo e pobreza rural. Adotamos, então, a postura de uma investigação com intuito de compreender a realidade na qual entraríamos, afetando e sendo afetados, tendo como ponto de partida os questionamentos apontados sobre o processo hegemônico local, a partir dos grupos mais vulneráveis aos efeitos negativos dos projetos de desenvolvimento - seja pela diferença de poder (desigualdades) seja pela nuvem de fumaça, que o complexo siderúrgico⁸ produz e espalha pela região.

Dentro da Operação Babaçu duas as equipes foram dirigidas à Açailândia. Uma da Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), formada por professores e estudantes das áreas de Ciências da Saúde, Educação Física e Direito; e outra vinculada a UFF, constituída por pesquisadores formados e em formação, das áreas de Sociologia, Geografia, Direito e Desenvolvimento Agrário.

Na divisão de tarefas, enquanto a equipe da UNIFENAS focalizou a questão da Saúde e da Cultura, abrangendo a região essencialmente urbana; a da UFF concentrou-se nas temáticas dos direitos humanos, meio ambiente e questão social rural. Cabe destacar que parte desta equipe compõe o Observatório Fundiário Fluminense da UFF, que vêm atuando no sentido aprimorar técnicas e métodos de pesquisa que privilegiam a interlocução e o intercâmbio de saberes entre sujeito e objeto do conhecimento, em outras palavras, entre Universidade e Movimentos Sociais.

As ações voltadas para a periferia urbana privilegiaram temas relacionados a situações de vulnerabilidade social (consumo de drogas, riscos à saúde, prostituição infantil, poluição

⁷ Destacamos as instituições Justiça nos Trilhos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Defesa da Vida e dos Direitos (CDVDH), Fórum Carajás, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dentre outros.

⁸ Incluindo, além das indústrias, as carvoarias.

por pó de ferro, e precarização habitacional em favelas⁹), provavelmente criados a partir dos processos urbanização forçada¹⁰ fortemente marcados por ações desenvolvimentistas.

Destacamos ainda as injustiças ambientais relacionados à construção da ferrovia, à presença de siderúrgicas e seus altos-fornos, à produção de carvão envolvendo trabalho infantil e análogo ao trabalho escravo, ao desaparecimento de vegetação nativa e dos recursos naturais aquíferos, igualmente poluídos em função das operações de “rescaldo” dos altos-fornos, que resultam do vazamento das águas usadas para resfriamento das fornalhas. Portanto, este trabalho se articula com outras iniciativas acadêmicas e políticas no sentido de produzir informação e conhecimento sobre as injustiças ambientais e os danos à saúde causados por este modelo hegemônico de crescimento econômico, de cunho desenvolvimentista e muitas vezes nacionalista.

Além da produção científica de estudiosos da região e dos conflitos sociais que a estruturam (Carneiro, 2009; Zagalo, 2009 e 2010; Almeida, 1995, 2010), amparamo-nos ainda na carta de princípio da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e na apresentação do Mapa dos Conflitos envolvendo Injustiças Ambientais e Danos à Saúde no Brasil (FIOCRUZ/FASE), onde encontramos a definição de injustiça ambiental e sua articulação com os processos econômicos capitalistas em geral:

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (RBJA, 2001)¹¹

No caso estudado na região “tocantina” do Maranhão, que é também a região que ficou internacionalmente conhecida pelas ações políticas de grupos armados que lutaram contra a ditadura militar no Brasil, nos anos de 1970, acrescenta-se a discriminação étnica e racial, tanto dos empreendimentos privados quanto do Estado. Estes, ao segregar as populações que originalmente habitavam a região, como os índios Guajajáras e os Awá, ao

⁹ A exemplo da Vila Ildemar, maior favela de Açailândia, com população do que muitas cidades do Estado do Maranhão.

¹⁰ “Percebe-se [...] medidas de urbanização forçada interpenetrando instalações industriais poluidoras, incluindo-se carvoarias e guzeiras, com aglomerados urbanos notadamente em Açailândia (MA) e Rondon do Pará (PA). [...] Há uma percepção viva destes efeitos caóticos da industrialização em curso, que dispõem os dados cartográficos para além da simples denúncia.” (Almeida, 1995:44).

¹¹ A RBJA e o Mapa se constituem como uma rede de troca de experiências e de articulação de iniciativas de combate as injustiças ambientais, envolvendo pesquisadores de diversas instituições, integrantes de movimentos sociais sindicais e não sindicais. Para informações <http://www.justicaambiental.org.br> e <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>.

devastar os babaçuais inviabilizando o trabalho das quebradeiras de côco de babaçu, reforçam a interpretação cada vez mais corrente entre pesquisadores dos conflitos socioambientais rurais de que não se trata de impactos negativos deste ou daquele processo de desenvolvimento, mas sim de uma outra face do mesmo processo.

Ou seja, a segregação étnica e cultural, a devastação ambiental, o deslocamento compulsório e outros efeitos igualmente comprometedores da vida humana são intrínsecos ao modelo vigente. E a ideia de que “escolhem” e “produzem” zonas de sacrifício sobre as quais será mais barato e mais fácil instalar seus empreendimentos vem sendo cada vez mais incorporada às análises sociológicas, políticas e antropológicas.

Queremos com este artigo levantar questões e chamar a atenção para as populações que passam a ser invisíveis jurídica e politicamente, salientando a necessidade de se repensar o lugar e a importância dessas populações vulneráveis nos grandes processos de desenvolvimento. Assim, conforme sugere o Blog de Combate ao Racismo Ambiental¹², possibilitando criticar os mecanismos, as relações sociais e políticas que tornam a vida dos grupos sociais populares e suas regiões verdadeiras zonas de sacrifício.

1. METODOLOGIA

Esta sessão sobre a metodologia da pesquisa será desenvolvida em dois momentos. O primeiro abordará aspectos epistemológicos do trabalho de extensão universitária com ênfase na questão agrária. O segundo relatará o passo-a-passo realizado pela equipe, incluindo as justificativas e critérios de construção do universo amostral e de seleção dos instrumentos de pesquisa.

1.1. Extensão universitária e produção compartilhada do conhecimento

Cabe inicialmente esclarecer nossas escolhas metodológicas e pontuar a partir de quais vertentes epistemológicas estamos trabalhando. Trouxemos dos estudos socioambientais e da extensão rural e universitária outras perspectivas de trabalho vinculadas à pesquisa-ação e

¹² “Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua 'raça', origem ou cor”. Ver mais em <http://racismoambiental.net.br/>

produção compartilhada do conhecimento. Os exemplos servem para traçar as linhas definidoras do tipo de ação que se pretende frente à comunidade, diante de seu histórico, das políticas e instâncias públicas, dos proprietários e empresas rurais e demais interesses econômicos e políticos que constituem e atuam no território.

Partimos, *a priori*, das práticas de pesquisa em extensão universitária que privilegiam formas e instrumentos de produção compartilhada do conhecimento. Assim, consideramos que não há produção do conhecimento sem troca entre sujeito e objeto do conhecimento. Não se trata apenas de incorporar valores e interpretações em nossos relatórios e mapas, mas partir destes para a sua construção. Trata-se, ainda, de enxergar a realidade a partir de seus pontos-de-vista, influenciando-os por trazer outro tipo de conhecimento e, assim, se deixar influenciar na percepção e conhecimento sobre o local e sobre as pessoas com quem trabalhamos no projeto.

Abordaremos a seguir, de forma sucinta, algumas metodologias de pesquisa que serviram de orientação para compormos um mosaico metodológico: a pesquisa-ação, as metodologias de mapeamentos participativos, as cartografias sociais e os diagnósticos rápidos participativos, constituem nossas referências de trabalho acadêmico politicamente engajado.

As metodologias participativas¹³ caracterizam-se pela produção compartilhada do conhecimento e da gestão do mesmo. São empregadas por órgãos públicos e privados de assistência técnica e extensão rural, projetos socioculturais, cooperativas, associações comunitárias, dentre outros. Exporemos aqui os elementos estruturantes desta abordagem com base no Manual de Diagnóstico Rápido Participativo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Verdejo, 2006), do Relatório de Cadastro Sócio-econômico e oficinas de registro da memória realizados pelo Observatório Fundiário Fluminense (OBFF, 2008).

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é elaborado como instrumento de conhecimento e gestão das comunidades e seus territórios por elas mesmas, mas com a articulação de redes de cooperação, de instâncias públicas e privadas, dos diversos atores sociais envolvidos e engajados em cada caso. Geralmente faz parte do conjunto de ações extensionistas nas zonas rurais, voltadas para a agricultura familiar, pequena e média agricultura. Mas, do ponto de vista de suas metodologias participativas o DRP¹⁴ promove em

¹³ Vale citar a cartilha de Risco Ambiental da Central Única dos Trabalhadores como uma das referências do debate. Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador/CUT. Risco Ambiental. Roteiros para avaliação das condições de vida e trabalho (SP, MG e BA). São Paulo: CUT, 1992.

¹⁴ “O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (Verdejo, 2006:06).

graus variados de interação e reconhecimento, permitindo a construção de saberes de forma conjunta e incorporando ao projeto as necessidades e anseios das populações rurais por um lado, e as necessidades de acesso ao mercado, os mecanismos de produção, certificação e escoamento de produtos dos assentamentos por outro, atenuando tensões inerentes ao processo de negociação econômica e jurídica nos quais estão imersos.

A premissa que orienta estes trabalhos extensionistas que realizamos é a de que os territórios e os recursos naturais além de serem objeto de disputa pelos atores sociais e econômicos têm diferentes representações e significados, sendo apropriados e construídos diferentemente por cada agente.

Neste sentido, utilizar a metodologia de mapeamentos que partem das perspectivas das comunidades objeto da ação de projetos (ou de políticas públicas), é imprescindível para que não sejam ignoradas as condições em que se encontram as pessoas, as disputas e os conflitos presentes em seu território. Fazer mapas do ponto de vista das comunidades e não das empresas e dos órgãos públicos significa dar visibilidade a existência de problemas ambientais e situações de risco as quais estão submetidas as populações rurais e urbanas no Brasil (INST/CUT, 1992). Reconhecer isso permitirá ao agente executor do projeto ter uma ação que incorpore – e não exclua – as pessoas no projeto maior de desenvolvimento sustentável proposto, sendo elas *protagonistas* e não *objetos* da ação.

O cadastro sócio-econômico elaborado pelo Observatório Fundiário Fluminense consiste num método tradicional de levantamento de dados e informações em campo, articuladamente com a noção de que certas populações foram historicamente inviabilizadas no Brasil, especialmente no tocante ao acesso aos direitos fundamentais. Este pressuposto do grupo de trabalho permitiu agregar aos dados socioeconômicos produzidos o resgate das memórias coletivas, e individuais, suas trajetórias e lutas enfrentadas.

Este resgate é considerado pelo Observatório como fundamental para dar vida e uma perspectiva histórica, e, portanto, dinâmica aos dados. Assim passamos de uma visão da população enquanto número de pessoas, tamanho das terras, massa e volume de recursos naturais, para uma compreensão das relações sociais e culturais entre a população e o território das formas como historicamente os povos concebem os rios, as florestas e os animais, além de perceberem e respeitarem a si próprios e aos demais. O relatório aponta para a “pesquisa-ação” como eixo orientador para o trabalho¹⁵.

¹⁵ “A pesquisa em ação: visando criar um clima de entrosamento e de apropriação coletiva do espaço da associação de trabalhadores (o que facilitaria o diálogo entre pesquisadores e trabalhadores), utilizamos as

Com isto queremos dizer que se as empresas e os agentes econômicos o fazem, nós pesquisadores não devemos olhar para os recursos naturais como volume de estoque de madeira e energia disponíveis, mas sim como modos de vida e processos históricos que fazem com que ainda haja esses mananciais naturais com os quais se relacionam de forma não capitalista. Se o estoque de florestas ali existe, ainda existe por motivos não econômicos, e devem ser preservados por motivação tampouco econômica, mas por pertencerem à história de um povo e significarem elos entre sua materialidade e espiritualidade, além de fonte de sobrevivência imediata.

As experiências metodológicas foram brevemente abordadas aqui no intuito de propiciar um panorama da reflexão sobre métodos de pesquisa e produção da informação, mas também de fortalecer a noção de desenvolvimento territorial rural enquanto peça de fortalecimento das sociedades democráticas, e não apenas como alternativa de crescimento econômico para as grandes empresas de exploração de recursos naturais e “prestação de serviços ambientais”.

1.2. A construção dos trabalhos de campo e das oficinas nos assentamentos rurais de Açailândia

Após ser definido o município de Açailândia como nosso território de ação, o planejamento e a organização da pesquisa exigiram uma revisão da literatura sobre a região. Incorporamos ainda textos jornalísticos publicados em periódicos, revistas e também em documentos de instituições e movimentos sociais organizados assim como empresariais que atuam na região¹⁶.

Este levantamento nos permitiu ter acesso ao campo pelos discursos dos atores e agentes locais e, ainda que de forma indireta, conhecer suas perspectivas e expressões sobre esta realidade.

técnicas de observação direta e participante (realização de fotos, colocação das instalações para o ambiente da pesquisa, [...] lonas, cadeiras, bancos, monitores para vídeo, quadros, mapas, lixeira, filtro de água potável, cantinho de recreação para crianças, etc), circulamos pela comunidade de carro, parando, conversando, visitando as casas e convidando os moradores para as atividades propostas pela Universidade/Observatório Fundiário Fluminense.” (OBFF, 2008)

¹⁶ Ver referências bibliográficas.

DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

Organizamos seminários internos para trocar dados, discutir a problemática regional relativa à unidade de pesquisa, socializar os levantamentos estatísticos (demografia, histórico, economia e produção, meio ambiente¹⁷) e, também, mapas geológicos e políticos.

Esta preparação funcionou no sentido de informar e qualificar a equipe para os trabalhos de campo, e também subsidiou o planejamento dos eixos de ação da pesquisa e dos pontos a serem observados e trabalhados em campo. Estes deveriam gerar dados e informações que pudessem ser apropriados e utilizados pelos agentes locais em suas ações cotidianas e futuras, especialmente junto ao poder público, no sentido de sistematizar suas demandas e pautas de reivindicação.

As ações focalizaram a área rural e, mais especificamente, os assentamentos rurais de Reforma Agrária instalados ao longo das últimas três décadas no município. Importante destacar que os assentamentos são muito heterogêneos entre si em diversos aspectos, mas muitas recorrências também foram determinantes na escolha dos assentamentos pesquisados. Do ponto de vista histórico e da ocupação, muitos deles situavam-se em antigas áreas de carvoarias e um deles em uma antiga plantação de eucaliptos, podendo representar uma tentativa de reforma agrária em terras esgotadas e de baixa qualidade – já enfraquecidas pelos ciclos produtivos intensivos anteriores como o desmatamento, a pastagem e agora os eucaliptais. No aspecto das formas de luta e da organização social e política, percebeu-se uma conexão muito forte entre as levadas migratórias em busca de emprego e nas frentes de expansão (agropecuária e mineração); e a recente retomada das terras por movimentos sociais sindicais e não sindicais.

De modo surpreendente encontramos um entrelaçamento nas histórias dessas comunidades, o que serviu como forma de esclarecimento revelada pela própria realidade ao pesquisador e beneficiou a análise dos dados.

A seleção dos assentamentos foi decidida de comum acordo com a equipe da Secretaria de Agricultura de Açailândia, que apontou suas unidades prioritárias, dentre as quais selecionamos cinco. Escolha essa feita em função da diversidade de situações de tempo, espaço e formas de ocupação e conflitos (internos e externos); mas especialmente pelo fato de serem assentamentos em implantação ou em fase de preparação para acesso a linhas de

¹⁷ Com destaque aos casos de desmatamentos e extinção da palmeira de açai que deu nome ao município, e aos babaçuais que são fonte de renda e centro da organização social de mulheres quebradeiras de coco babaçu; casos de trabalho análogo à escravidão e trabalho infantil; exploração sexual de menores e abandono da infância e adolescência.

crédito e políticas públicas para a agricultura familiar. Outro fator determinante era a logística, uma distância/proximidade que pudesse permitir o deslocamento da equipe da UFF.

Apesar de não ter sido uma decisão intencional, só posteriormente percebemos que os assentamentos escolhidos situavam-se dentro de uma área que nos pareceu estratégica, por formar um cinturão de assentamentos ao longo da ferrovia, entre fazendas de eucalipto e carvoarias. Resolvemos então denominar a área dos assentamentos como um cinturão de vida (a presença de trabalhadores rurais assentados e sua produção) em oposição ao deserto verde de eucaliptos, plantado para abastecer de carvão os altos-fornos das Siderúrgicas¹⁸ em Açailândia.

2. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS: REVELANDO O CAMPO NA CIDADE DO FERRO

De modo geral trabalhamos dentro de um enfoque qualitativo, utilizando os recursos da observação participativa na tentativa de recuperar a memória da comunidade e seu auto referenciamento, através da produção de “mapas” com a participação de seus membros, mediados pelos pesquisadores.

O “mapeamento participativo” foi realizado através da apresentação de um mapa do assentamento, geralmente elaborado pelo INCRA, embora algumas vezes seja elaborado por alguém indicado pela própria comunidade. Em todos os casos partimos do que eles consideram o “mapa de seu assentamento” legítimo.

Sobre este mapa (como se fosse um “mapa mudo”) refizemos, em grupos, seus contornos e traçados, para localizar histórias, identidades, processos, problemas e conflitos, capacidade produtiva, demandas e denúncias, com o uso de lápis coloridos. Ao final obtínhamos um “novo mapa”, refeito e enriquecido pelas mãos e olhos da comunidade, trazendo à tona a sua versão com contradições veladas e reveladas. Partindo do pressuposto de que

os sujeitos sociais são capazes de se familiarizar com a ideia do mapa e com o repertório de informações nele contido. Ora, com toda certeza, isto só se mostra possível caso se consiga aproximar a representação espacial dos segmentos camponeses daquela reproduzida em termos do mapa proposto.

¹⁸ Fergumar, Gusa Nordeste, Pindaré, Simasa e Viena. Um exemplo, o Horto Florestal Pompéia, que é uma fazenda da Viena Siderúrgica S.A., possui 25.000.000 de árvores plantadas.

DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

Como reproduzir ou passar dos rabiscos, esboços, croquis e diagramas riscados na areia ou no barro compactado do chão das casas e das malocas para a pretendida base cartográfica? (Almeida, 1995:40).

Em acordo com a bibliografia de referência, acreditamos que esse trabalho coletivo resulta numa produção de sentidos e territórios alternativos aos hegemônicos, por tatar-se de um espaço elaborado pelo próprio grupo segundo suas identidades específicas (Almeida, 1995; Programa Nova Cartografia Social na Amazônia/UFAM; Acselrad, 2010; Madeira Filho et al, 2006 e 2007). Mas sem a pretensão a uma neutralidade axiológica em relação aos conflitos observados, narrados e, portanto, vivenciados. Ao contrário, reconhecendo as assimetrias de poder tanto entre os sujeitos históricos dos processos e da realidade estudada, quanto entre esses sujeitos e os pesquisadores.

A relevância desse tipo de método já pode ser observada no fato de que a produção de mapas pelos sujeitos, delineando seu espaço, colabora para a construção de uma cartografia social que rompe a homogeneidade introduzida pelo desenvolvimentismo e planejamento estatal, que se elabora de cima para baixo e não considera a diversidade de situações econômicas, culturais e simbólicas da atividade humana. Nas palavras do autor, “A produção de mapas passou a integrar, assim, as lutas simbólicas envolvidas no processo de produção cultural da paisagem e de seus elementos materiais” (Acselrad, 2010:5).

Pode-se acrescentar que esse ato é produzido por sujeitos em geral marginalizados do ato criativo de mapeamento social da realidade, dentro de sua versão, e que a partir desta ação passam a ocupar um lugar de disputa política no cenário local, regional ou nacional, dependendo da extensão dos interesses envolvidos. Produzindo assim, na aparência, uma verdadeira “guerra de mapas” conforme interpreta Alfredo Wagner (1995), para, na essência, denunciar formas de opressão, exploração, marginalização ou precarização dos subalternizados.

Deste modo, as experiências de mapeamentos participativos permitem a revelação do que Acselrad chama de “ ‘tramas territoriais’ subjacentes a tais iniciativas - a saber, os movimentos do tecido sócio-territorial composto de interesses e projetos, configurações políticas e identidades distintas”(Acselrad, 2010:6).

Na mesma linha de trabalho acadêmico-político, Madeira Filho (2006 e 2007) vem desenvolvendo junto ao PPGSD/UFF os conceitos de “tecnologia democrática e o direito das populações (juridicamente) invisíveis”. Os quais se apresentam como referência para diferentes projetos de extensão universitária realizados pelo GT ECOSOCIAL da UFF,

focando a atuação mediadora da universidade pública conforme demanda do Ministério Público e de outras instituições. Neste âmbito Madeira enfatiza a centralidade da prática política ao conceito de tecnologia democrática, o qual define a seguir como

expressão que procura dar conta de contextos propícios à participação nas esferas de decisão, com a maior liberdade de expressão possível. Neste sentido, as próprias regras do diálogo e da estrutura deliberatória estariam nas mãos dos atores sociais. Assim, poderíamos falar da existências de graus de tecnologias democráticas, na medida em que existissem estruturas participativas mais ou menos efetivas (Madeira, 2006:248).

É preciso deixar claro que por estar focada no sujeito coletivo esta metodologia permite revelar a diversidade dentro de uma mesma unidade. Assim, apesar de juntos e iguais na condição de assentados na mesma área e tendo os mesmos sujeitos como sua alteridade (Vale, fazendeiros de eucalipto/empresas de celulose, fazendeiros de gado, frigoríficos, grileiros e siderúrgicas), são, ao mesmo tempo, diferentes e únicos em sua história e identidade. E, assim, a vida dos trabalhadores se apresenta enquanto contradição dialética na relação de alteridade, identificada na história de vida e memória da população, a partir da migração territorial, migração profissional/laboral, etc.

Neste caso, representam grupos sociais atingidos pelos impactos derivados da ideologia do progresso e da expansão de uma mesma empresa - ou de uma orquestração entre empresas e o Estado¹⁹. Embora exista a tentativa de minimizar os custos socioambientais (através de compensações financeiras ou simbólicas) do(s) seu/seus desenvolvimento(s), através de políticas/práticas de “responsabilidade social”. Mas esses valores apenas abstratamente podem ser colocados em uma equação simples de subtração dos “benefícios” versus “impactos/externalidades negativas”. Uma questão colocada à equipe era se os assentados de Açailândia configuravam-se como base ou base potencial do movimento internacional organizados dos “Atingidos pela Vale”²⁰.

¹⁹ “A chamada ‘região de Carajás’ pode ser lida [...] como o amplo teatro de operações de múltiplos projetos da CVRD [Vale], sobretudo os de exploração mineral, e de uma diversidade de grupos empresariais (madeireiros, mineradores, guzeiros, agropecuaristas, sojicultores, empreiteiros da construção civil, fabricantes de óleos vegetais, de papel e celulose e de produtos farmacêuticos), que realizam, no momento atual, coadunados com agências multilaterais, a mais complexa coalizão de interesses industriais e financeiros hoje registrada na Amazônia.” (Almeida, 1995: 39-40).

²⁰ O Movimento dos Atingidos pela Vale possui largo leque de estratificação social. Encontram-se em sua base desde engenheiros, peões, trabalhadores rurais, moradores de comunidades afetadas pela EFC, independente da renda individual, embora como em todos os casos de Justiça Ambiental, atinja mais significativamente os mais pobres. O primeiro encontro internacional dos afetados pela Vale ocorreu no Rio de Janeiro, entre 12 e 15 de

2.1. As oficinas de memória e mapeamento participativo

Para esta pesquisa definimos quatro tipos de abordagem a partir de um mapa-base como forma de realizar uma Oficina de Mapeamento Participativo em Açailândia/MA, com quatro diferentes mapas temáticos²¹. Cada um deles era produzido simultaneamente, por subgrupos compostos por assentados e pesquisadores - que atuavam como monitores -, deixando livre a escolha dos assentados em participar de um ou mais mapas. Orientadas pela perspectiva metodológica da pesquisa-ação e da observação participante, e considerando as condições objetivas (tempo disponível), as oficinas só aconteciam no segundo dia de visita aos assentamentos, após um dia de reconhecimento mútuo.

Importa saber que a vantagem e o uso adequado desse tipo de mapeamentos e diagnósticos rápidos participativos realizados no curto prazo, deve ser determinado por condições específicas, as quais possam responder às características de uma organização populacional com um processo de formação em curso, ainda fortemente dependente de políticas públicas para sua consolidação (infraestrutura e de recursos materiais), e para o seu estabelecimento social, político, produtivo e cultural. Tendo-se em conta que tais políticas constituem contrapartida obrigatória do Estado, dentro de processos juridicamente definidos, como no caso de assentamentos de reforma agrária, fixação de quilombolas, atingidos por barragens, certos casos de definição de direitos em terras indígenas, dentre outros.

Soma-se a isso o fato de que este tipo de oficina de mapeamento participativo realizado a partir de mapas já existentes não necessariamente legitimados pelas comunidades, porém oficialmente elaborados pelo INCRA e outras instituições públicas como o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) e a Secretaria de Agricultura de Açailândia. Podem ainda ser uma ferramenta útil para realização de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP) dentro de um contexto no qual se pretenda provocar uma reação coletiva em termos de reflexão politizada acerca dos interesses, prioridades e ajudando no processo de descoberta de formas de encaminhamento, mobilização e luta. Justamente em Assentamentos em processos em implantação.

abril de 2010. Um movimento que nasceu no Canadá, onde verificou-se uma greve de longa duração com repercussões em escala global em reação aos impactos desta empresa.

²¹ Os mapas originais eram fotocopiados, ampliados, plastificados e doados a direção do assentamento, escola ou a lideranças das associações do MST ou STTR. Mais quatro cópias eram feitas para a produção de um mapa-base ampliado e reproduzidos em número de quatro. Posteriormente, uma vez encerrada as Oficinas fotografávamos os novos mapas-recriados pelo coletivo, deixando o original com a direção do assentamento e ficando com as fotos.

Não se pode tergiversar ao obstáculo episemológico que pode representar este tipo de intervenções científicas “cirúrgicas” descontinuadas! Trata-se, por tanto, de tentar potencializar grupos e espaços políticos existentes na região e construir, sempre que possível, uma produção compartilhada do conhecimento. A partir da perspectiva da luta pela terra e a favor da reforma agrária, como instrumento de desenvolvimento local, territorial e rural.

Ao mesmo tempo essa ação de intervenção consegue obter dados relevantes para uma pesquisa acadêmica de cunho crítico. Uma experiência tipo a identificada por Karl Marx as sua proposta de “Enquete Operária”: se pergunta informando para fazer pensar e agir.

Em síntese tivemos uma produção coletiva em quatro mapas temáticos: (1) Histórico - resgatando a memória da ocupação e dos conflitos fundiários, e a relação com as agências estatais de regularização fundiária (como INCRA e GETAT); (2) Ocupação - abordando a natureza, uso e ocupação do solo, produção, técnicas de criação e cultivo, infraestrutura, moradia e transporte; (3) e Conflitos - elencando as formas de disputas internas e externas, com diferentes sujeitos e ações políticas, as tensões existentes e partilhadas pelo grupo; (4) Sonhos – expressando desejos em relação ao espaço, podendo se consolidar em pautas de luta ou novas formas de organização. O último mapa foi, em geral, disputado pelas crianças e jovens da comunidade ao lado dos mais idosos do grupo e permitiu abrir possibilidades de criação imaginária sobre o seu espaço como um lugar de felicidade e de vida por gerações.

3. ASSENTAMENTOS RURAIS COMO ALTERNATIVA DE VIDA: POR UMA LEITURA DOS MAPAS QUE VALORIZE OUTRAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO

Em todos os assentamentos existentes em Açailândia - cerca de três dezenas, é possível perceber que os principais conflitos têm como antagonista a empresa Vale, a Estrada de Ferro Carajás (EFC), as plantações de eucalipto e as carvoarias, sendo este conjunto de atividades econômicas o elemento constituinte de uma das alteridades dos movimentos sociais locais. Noção que permite perceber o “mecanismo” social que faz do desenvolvimento da VALE um desenvolvimento que *vale* riqueza e que, ao mesmo tempo, exclui e oculta problemas trabalhistas, ambientais e sociais, e, portanto, *não vale* para as comunidades do entorno de suas áreas de atuação e influência.

Como salienta a ONG Justiça nos Trilhos²²: “ ‘Não Vale’ acolhermos o progresso tendo que pagar o preço violento do desmatamento, do trabalho escravo, da monocultura de eucalipto, da poluição urbana.” (Justiça nos Trilhos, 2009: 01).

É possível constatar o alto nível de impacto social, político, econômico e simbólico dada pela presença desta empresa na vida de todos os segmentos e de qualquer estratificação social em Açailândia. Por esta razão, resolvemos arbitrar pela utilização da imagem dos “trilhos” como uma metáfora na representação dos efeitos resultantes do planejamento desenvolvimentista estatal e privado, o Projeto Grande Carajás-PGC, sublinhando a ideia da interferência recorrente EFC na vida cotidiana dos assentados e pequenos produtores rurais do município.

Especificamente, o trabalho de campo realizado no ambiente rural definiu como base empírica os assentamentos que foram visitados, no mínimo em dois dias cada um. Trabalhamos com os seguintes Assentamentos de Reforma Agrária:

(a) Assentamento *João do Vale*: ocupado sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, entrando pelos fundos de uma fazenda improdutiva, cujo suposto dono se recusava a sair da sede apoiado por pistoleiros. Esta fazenda teve seu processo de ocupação pelos movimentos sociais através de uma ação coordenada entre MST e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais-STTR, não sem conflitos e divergências. A terra da fazenda ocupada pelo STTR era identificada pelos trabalhadores do João do Vale como de melhor qualidade, além de possuir o único poço de água potável cujo encanamento, posteriormente, passou a atender três assentamentos próximos.

(b) Assentamento *Francisco Romão*: assim que tomaram conta da sede, definiram-se como uma outra e diferente unidade identitária denominando o grupo referido acima como Assentamento *Francisco Romão*. Essa história entrelaçada e conflituosa é contornada vez por outra face à presença de interesses comuns, como por exemplo, criar uma “unidade” tendo em vista lutar junto ao poder público por políticas sociais e acesso ao mercado. Mas deve-se destacar a posição estratégica do controle do poço de água potável que abastece residências e a produção agrícola.

(c) Assentamento *Planalto I* e Assentamento *Planalto II* – Os coletivos de trabalhadores se situam na mesma área mas se dividiram em função de concepções políticas (movimento de

²² Esta ONG foi criada visando potencializar as denúncias dos problemas enfrentados pelas populações que vivem ao longo da EFC, tendo em vista seu baixo poder de negociação pela reparação dos danos que lhes são causados pela operação intermitente da ferrovia e dos complexos mineradores e guseiros. Para mais informações ver <http://www.justicanostrilhos.org/>.

Igreja, e sindicato), e criaram uma distância real que dificulta ações conjuntas. Aparentemente representam dois grupos de identidade histórica distinta: um mais antigo e outro mais recente, que na maior parte é composto por filhos de trabalhadores rurais do Assentamento *Novo Oriente*. Originalmente a área denominada *Planalto I* possuía uma infraestrutura que foi sendo perdida por abandono do poder público: o posto de saúde foi desativado, a escola de segundo grau estava em processo de desativação, debaixo dos olhos e protestos da comunidade.

(d) Assentamento *Novo Oriente* – Assim batizado por um padre durante a missa de fundação, este foi o primeiro assentamento criado pelo INCRA no município. Provavelmente pela sua condição pioneira recebe algum apoio da empresa Vale, desde tratores para ajudar no cultivo, à abertura de estradas vicinais de acesso e escoamento. Este fato se deve ainda a sua localização em relação aos trilhos da EFC e, especialmente, aos canteiros “cedidos”²³ para as obras de duplicação da EFC. Entretanto, a opinião externada mostrava que mesmo esse tipo de apoio vem cheio de contradições uma vez que não respeita as prioridades da comunidade, e ignorando certos conflitos históricos e recorrentes (como questão da inexistência de passagens em subnível para os pedestres atravessarem a linha férrea). Assim, o principal conflito enfrentado pelo assentamento atualmente e que se refletia externa e internamente: as obras de duplicação da EFC, executadas pela Odebrecht.

Entre o assentamento *Novo Oriente* e os *Planalto I e II*, existe uma área disputada para expansão dos assentamentos do entorno que as comunidades em comum denominam de “Faixa de Gaza”. A partir de denúncias feitas, entre as décadas de 1980 e 1990, pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)²⁴ soube-se que a área (considerada a “fazenda do Jugurta”, fazendeiro e grileiro reconhecido e articulado ao poder local) é terra devoluta. Uma vez que o INCRA não decide por decreto a situação dessas terras, a expectativa sobre elas aumenta as tensões locais.

Neste caso do assentamento *Novo Oriente* não fizemos mapeamento participativo, mas optamos por reunir as mais antigas lideranças na casa de um deles, debaixo de uma árvore. Percebemos a importância da militância pretérita desse grupo que ainda se reúne e se articula por fora do sindicalismo e do MST e que realizaram uma ocupação que envolveu funcionários do INCRA, pistoleiros e fazendeiros.

²³ Há uma polêmica interna dentro do Assentamento sobre a legalidade e legitimidade de alguns dos moradores do Assentamento negociarem separadamente a cessão de parte do Assentamento para servir de canteiro de obras. Segundo lideranças entrevistadas o canteiro de obras era o antigo campo de futebol do Assentamento, local de uso comum e, portanto, área coletiva.

²⁴ Para mais informações ver: <http://www.fase.org.br/v2/> .

Esse grupo provocou uma virada na direção do processo de luta que afastou governo, fazendeiros e seus capangas. E, na medida em que essas lideranças assumiram o comando da ação coletiva optaram por uma disputa na oposição sindical, obtendo vitória. Passaram, assim, a coordenar as decisões sobre o assentamento e do STTR de Açailândia, difundindo a luta por Reforma Agrária para além do município, o que provocou reações dentro e fora do movimento sindical rural do Maranhão. Hoje, há uma representante de Açailândia na Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), que faz a mediação entre esta e as comunidades rurais do município.

O grupo que guarda a memória do movimento, considerados os "velhos", resume a história e a base estrutural para a compreensão e o reconhecimento de outras ocupações por trabalhadores rurais na região oriental da Amazônia e a forma como correm soltas as relações de poder sobre o território e, também, os abusos dos representantes e grileiros.

(e) Assentamento *Califórnia* – Um grupo de trabalhadores rurais organizados junto ao MST ocupou uma extensa área de plantação de eucaliptos notoriamente grilada, conforme a opinião do próprio INCRA. Dentre os assentamentos visitados este foi o que apresentou maior grau de articulação política com outros movimentos sociais e organizações não governamentais de dentro e de fora do município. Nas falas percebia-se uma “politização” de argumentos permitindo deduzir a possibilidade de existência de uma rede de interlocução permanente. Como veremos, esta politização é decorrente dos conflitos enfrentados pelo assentamento ao longo de sua existência, mas também das condições objetivas do assentamento²⁵ que facilitam a comunicação e a formação de gerações que podem ter acesso ao conhecimento e a sua história, valorizando a memória coletiva e social da comunidade, estando mais preparados e articulados para os enfrentamentos do cotidiano.

3.1. Mapa Histórico

Faremos uma leitura dos mapas, ou cartografias, produzidas nos Assentamentos João do Vale, Planalto I, Francisco Romão e Califórnia. Entretanto, como foi dito anteriormente, outros levantamentos (histórias de vida e entrevistas) são fundamentais para compreender a organização dos movimentos sociais diante dos diferentes processos históricos.

²⁵ O assentamento dispunha de sistemas de telefonia e internet, além de escola em nível fundamental com biblioteca equipada; e sua vila encontrava-se estruturada com distribuição de energia elétrica e comércio.

Nesse sentido, tão importante quanto à construção de um mapa histórico de cada Assentamento foi a Oficina de memória realizada no Assentamento Novo Oriente, que permitiu visualizar as diversas articulações entre ações do Estado de regularização fundiária (GETAT e INCRA²⁶) com iniciativas privadas de exploração econômica da floresta e da terra (VALE e ODEBRECHT) bem como da reação dos trabalhadores diante dos processos de expropriação vividos.²⁷

A leitura dos mapas históricos evidencia uma conexão entre a trajetória de vida dos trabalhadores rurais em Açailândia com processos econômicos e sociais referenciados em grandes projetos de “desenvolvimento” da mesorregião do Bico do Papagaio (PA,TO, MA). O fato dos primeiros e mais antigos habitantes da cidade, hoje assentados, serem antigos trabalhadores das serrarias, carvoarias e/ou mão-de-obra para grandes proprietários rurais mostra conexões entre a história dos Assentamentos com a exploração da mina de ferro de Carajás, a siderurgia e a expansão da fronteira agrícola em direção à floresta amazônica.

A noção de frentes de expansão é útil para entendermos a história desses Assentamentos dentro de um contexto mais amplo (da década de 1970). Ou seja, todo o processo de derrubada da mata nativa, a extração de madeiras nobres, conflitos com populações indígenas, a construção da EFC e das estradas federais BR-222 e BR-010²⁸, faz sentido com o surgimento de polo industrial em Açailândia, cidade que teve sua primeira atividade econômica focada em serrarias²⁹.

É importante lembrar que o pontapé inicial dessa frente de expansão, planejada e articulada através do Estado, em consórcio com a iniciativa privada estrangeira e nacional, deu-se com a descoberta da maior jazida de ferro de alto teor do mundo, em Carajás (PA). Para que o minério de ferro pudesse ser extraído, explorado e exportado, fazia-se necessário a construção de uma infraestrutura que compreendesse uma fonte permanente de energia

²⁶ No ano de 1977 o decreto-lei nº 1.523 cria a Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins (CEAT), que fornece subsídios para a criação, em 1980 do Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins (GETAT), decreto-lei nº 1.767. Entidade que tinha como objetivos: a neutralização dos conflitos fundiários na região do Bico do Papagaio, através da regularização das terras; e a neutralização da influência da Igreja Católica através da promoção de uma nova base política local, rearticulando o governo com as elites locais. (Bruno e Sevá, 2010).

²⁷ Vide anexo 1.

²⁸ Segundo a ONG CDVDH a construção das rodovias foi responsável pela expulsão dos índios guajajaras e awás. In: Atlas Político-Jurídico do Trabalho Escravo. Dados que se confirmam na Enciclopédia dos Povos Indígenas na Amazônia, organizada periodicamente pelo Instituto Socioambiental (ISA). Mais informações ver http://pib.socioambiental.org/caracterizacao.php?id_arp=3639

²⁹ "A implantação da produção guseira na região de Carajás teve início com o deslocamento de grupos siderúrgicos de Minas Gerais (Itaminas, Ferroeste) e com a conversão de empresas de construção civil (Construtora Brasil, Rodominas), que, aproveitando-se dos incentivos e isenções fiscais [...] tornaram-se produtores de ferro gusa (Carneiro, 2008)

elétrica (UHE Tucuruí); malha ferroviária e rodoviária (EFC e BR-010); e porto (Porto de Madeira, São Luís/MA).

Esse complexo só ficaria pronto em meados da década de 1980, acarretando na implantação do pólo guseiro em Açailândia e a transferência das serrarias para outras regiões onde ainda encontravam-se mata nativa amazônica em abundância.

Ao falarmos em grandes projetos por vezes excluimos um dos principais agentes de transformação: o homem e a mão-de-obra. Para implementar esses projetos foi necessário o deslocamento de grandes contingentes populacionais para o sul do Maranhão, provenientes do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

O Mapa Histórico de cada um dos assentamentos cartografados demonstram numa escala local esses processos descritos sumariamente acima. Ou seja, pequenas áreas com presença de mata nativa, grandes áreas de juquira (capoeira; ou juqueirão - capoeira grossa, remanescentes de áreas degradadas), pequenas áreas de lavoura, partes dedicadas a pecuária e outras para produção de carvão.

Todos os quatro assentamentos que realizaram as oficinas identificaram em seus Projetos de Assentamento ciclos de exploração econômica antes da ocupação das terras pelos trabalhadores organizados, bem como os desdobramentos desta exploração e suas atuais formas.

É importante frisar que esta memória sobre a região se deve ao fato de a maioria dos trabalhadores que formam a população assentada eram, em sua maioria, migrantes de décadas anteriores vindos em busca de trabalho nas serrarias e nas grandes obras citadas.

3.2. Mapa de Ocupação

Nos mapas de uso e ocupação do solo também foi possível constatar semelhanças e recorrências históricas no desenvolvimento dos assentamentos. Tanto do ponto de vista do contexto histórico regional, como da perspectiva das atuais formas de organização social e de produção.

Um dos elementos que chamou a atenção, pela recorrência, foram as estratégias de ação articulada por parte dos movimentos sociais atuantes na região. Estas articulações, que variavam em maior ou menor grau, ocorriam como forma de se contrapor política e

fisicamente aos poderes locais instituídos, no caso o INCRA (e anteriormente o GETAT) e os então donos da terra.³⁰

Fisicamente, pois através das ocupações de terras devolutas, em alguns casos griladas, os movimentos se interpunham no caminho de um determinado projeto de desenvolvimento, baseado na extração vegetal e na pecuária extensiva. Politicamente, pois obrigavam as instâncias públicas a reorientar seus investimentos e suas políticas públicas, no sentido de regularizar terras e viabilizar assentamentos humanos e produção agrícola para abastecimento local.

Duas questões apareceram como determinantes nos processos de ocupações que deram origem aos assentamentos rurais pesquisados: o acesso às estradas e o acesso à água. E seguem sendo ainda hoje pontos de tensão e conflitos entre os assentados, o poder público local e as empresas Vale (dona da EFC) e Odebrecht (responsável pela duplicação da mesma).

Em depoimentos sobre o processo de ocupação do assentamento Francisco Romão é evidenciado que o acesso ao poço da fazenda foi essencial, tanto para o assentamento Francisco Romão quanto para o Assentamento João do Vale. Fator esse que pode, também, explicar a superação de diferenças ideológicas entre o MST e o STTR de Açailândia para organizar a ocupação de duas glebas da mesma fazenda. Assentamentos esses liderados por duas mulheres, Luziane (STTR, Francisco Romão) e Caetana (MST, João do Vale). Percebe-se a conexão entre os assentamentos e a necessidade de se manterem ligados pela água, mas simboliza uma interdependência tanto histórica como estrutural entre seus moradores e suas organizações políticas.

Os mapas apontam para uma ocorrência de pequenas áreas de mata nos assentamentos, geralmente como ilhas de vegetação densa em meio às grandes extensões de *juquirá/juqueira* e pastos abandonados. Isso resulta numa baixa disponibilidade de madeira para o manejo pelos assentados. O fato de não existir madeira disponível para construção de casas nos assentamentos não é simplesmente um sinal do uso atual do solo pelos assentados, mas, sim, uma herança das primeiras ocupações realizadas para fins exploratórios de madeira e carvão.

Por outro lado, as áreas de roça e de plantio diversos acompanham, geralmente, os traçados das poucas estradas vicinais construídas em sua maioria pelas serrarias e pela construção da EFC. Sendo esta uma alegação dos assentados para a não ocupação de maiores áreas com plantação e produção agropecuária, pois é difícil o acesso às terras para o plantio e para escoar a produção.

³⁰ Vide anexo 2.

3.3. Mapa de Conflitos

Vale lembrar que já no final dos anos de 1970 a região era considerada como uma das mais violentas do País, e, hoje (século XXI), não perdeu esta característica, pelo contrário, Açailândia é um dos municípios com maior incidência de trabalho escravo contemporâneo e trabalho infantil, especialmente nas carvoarias e serrarias (CPT, 2010 e 2011; CDVDH, 2011; PNCSA, 2009 e 2010).

Em 1966 entrou em vigor a lei federal da incorporação de 100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou planejadas. Em 1969, o então governador do Maranhão, José Sarney, instituiu a Lei nº 2.979³¹, que dispõe sobre as terras públicas do Maranhão, conhecida como “Lei Sarney”, quando houve a venda das terras devolutas, “sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas”.

O aumento de concentração fundiária combinado com a intensificação do processo migratório de trabalhadores originados do Nordeste, “fugindo da seca e das cercas do latifúndio”, para grandes projetos que orbitaram o PGC são apontados como fontes de conflitos e violências denunciadas nos mapas.

Além dos conflitos derivados da vizinhança com a EFC, a proximidade de grandes áreas de plantio de eucalipto e, portanto, de produção de carvão gera uma série de conflitos ambientais, como: pulverização de “venenos”, fertilização do solo com resíduos das siderúrgicas e o acesso à água para a produção de celulose.

Esses “venenos”, que são agrotóxicos que fazem com que a fertilidade do solo diminua, são interpretados pelo Xerife³² não como efeitos exclusivos da devastação anterior, mas, principalmente, como efeito dos materiais utilizados como fertilizante das grandes plantações de eucalipto, que cerca os assentamentos. O Padre Josimo, interpreta a infertilidade da terra como uma “vingança” da terra (“mãe”) contra aqueles que não são seus filhos³³.

³¹ “Essa política foi responsável direta pela expulsão de milhares de famílias que ocupavam tradicionalmente os territórios e biomas maranhenses, sob pretexto que eram terras devolutas, mas, posteriormente essas terras foram vendidas pelo mesmo governo para grupos empresariais [...] fortalecendo assim o aumento da concentração de terras” (CDVDH, 2011:29).

³² Uma das lideranças do Assentamento João do Vale.

³³ “Ó Mãe fecunda / Obrigada a ficar estéril./ Você já não é a mãe de muitos filhos! / Fizeram de você simplesmente / A produtora de capim e escrava dos bolsos dos ricos! / Se olho para as suas matas,/ Vejo puramente capoeira e Sol ao meio-dia! / Querendo colher alimentos que dão vida e saciam a fome, / Arrasto em meu corpo colonhões e lajeados... / Se quero sentir o cheiro do seu corpo virgem, / Meus narizes se enchem de catinga de bois a arados.” (Padre Josimo/CPT, 2006), um dos Coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na região do Bico do Papagaio.

O fertilizante utilizado pelas plantações de eucalipto é chamado “farinha de rocha”³⁴ ou “pó de rocha”: “é o nome dado às rochas moídas ou trituradas para uso agrícola; recupera os solos empobrecidos, desequilibrados e que perderam seus constituintes minerais”³⁵. Conflito de interpretação sobre o cuidado com a terra, que acontece no momento em que as Siderúrgicas querem transformar um resíduo em mercadoria, mercadoria essa que, segundo a própria empresa Vale, é uma forma de diversificação e ampliação de mercado:

Os investimentos na indústria de fertilizantes são uma estratégia para liderar o mercado global. Projetos têm sido desenvolvidos e portfólios de ativos de fertilizantes adquiridos com o objetivo de transformar a Vale em um dos principais produtores do mundo nos próximos anos³⁶.

Além da poluição do solo houve denúncias de poluição do ar. O Assentamento Califórnia fica ao lado da fazenda “Monte Líbano”, empreendimento da Ferro Gusa Carajás (FGC, pertencente à Vale), que se dedica à produção de carvão vegetal para alimentar a Siderúrgica da Vale em Marabá:

de 2005 até 2009 os moradores do assentamento Califórnia respiraram a fumaça emitida por todos os fornos em funcionamento. Recentemente, a FGC fechou metade dos fornos para diminuir as emissões. Ao dizer da empresa, isso foi devido à preocupação pela poluição. Sabe-se porém que a escolha deve-se à redução de produção de ferro gusa em decorrência da crise mundial. Atualmente funcionam só 4 das 11 unidades que alimentavam a siderúrgica da Vale em Marabá. A perspectiva em médio prazo para a FGC de Marabá é queimar carvão mineral da África (Bossi, 2010:29).

Ainda segundo a organização Justiça nos Trilhos muitos moradores de Açailândia denunciam que “o ‘cercamento’ por grandes plantios de eucalipto”, submete-os “a riscos associados a despejos significativos de veneno e a alteração no solo e na escassez de recursos hídricos”. A Vale vendeu para a Suzano Papel e Celulose o equivalente a 84,7 mil hectares de terras por 235 milhões de reais, sendo que “a Vale vai transportar celulose das novas instalações da Suzano no Maranhão, por via ferroviária até a região portuária de São Luis, até 2043”³⁷.

³⁴ "A Embrapa aponta as vantagens da utilização regional das reservas minerais para reduzir custos de transporte e dinamizar a agricultura local". Notícia da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, em 07/02/2012. <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/02/07/po-de-rocha-como-fertilizante-e-saida-para-agricultura-dizem-especialistas>.

³⁵ Agenda do Produtor Rural 2012, Banco do Nordeste, distribuída pela Secretaria de Agricultura de Açailândia.

³⁶ Site: <http://www.valefertilizantes.com/valefertilizantes/nosso.asp> acessado em 13 de agosto de 2012.

³⁷ Notícia de Alberto Alerigi Jr, publicado em <http://oglobo.globo.com/economia/vale-vende-ativos-florestais-suzano-por-r235-mi-3200014> acessado em 13 de agosto de 2012.

DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

O conflito recorrente em todos os mapas produzidos referem-se à duplicação da EFC, produzindo uma pauta de exigência que uniu os Assentamentos da região. As obras estão sendo executadas pela empresa Odebrecht, que construiu um pátio para equipamentos e trabalhadores numa área comum do Assentamento Novo Oriente, sem a autorização de todos os assentados. Houve a construção de uma pauta de reivindicações indicando os pontos de compensação pelas atividades realizadas pelas empresas Vale e Odebrecht. Nos mapas construíram a seguinte pauta de reivindicações: Estação ferroviária para os assentados (para atender um conjunto de assentamentos, incluindo logística para transporte da produção); Passagem de veículos e pedestres por cima do trem; Alambrado protegendo da linha férrea; Recuperação de estradas vicinais internas nos assentamentos; Posto de saúde; 300 horas de trator de esteira; Campo de futebol na área própria; Recuperação e ampliação da distribuição de água; Quadra poliesportiva e construção de área de lazer e cultural; Reforma e ampliação da escola; Manutenção da estrada vicinal.

Mas uma decisão interrompeu as obras de duplicação. O juiz federal Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª Vara Federal, em São Luís (MA), no dia 27 de julho do ano corrente, proíbe "qualquer forma de atividade para a continuidade da Estrada de Ferro Carajás"³⁸ até a realização de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) com análise de todas as comunidades de quilombolas e povos indígenas ao longo da EFC.

4. POPULAÇÕES INVISÍVEIS?! DAS LUTAS E SONHOS QUE AS TORNAM VISÍVEIS

A prática de documentação e registro, visando à construção permanente da memória social dos grupos excluídos, vislumbra a possibilidade para criar estratégias de visibilidade no cenário social e político. Especialmente quando podem ser evidenciadas através de sua perspectiva pelo trabalho acadêmico e científico. Ao assumir sua história, estes grupos expõem suas demandas e assim podem conseguir maior êxito na disputa por políticas públicas, por direitos ou mesmo para abrir canais de expressão.

Sendo assim, a relevância destas oficinas está além do mapeamento e registro da memória de determinados processos e conflitos sociais, mas no desenvolvimento em conjunto com os agentes sociais de uma prática permanente de valorização destas memórias e histórias.

³⁸ Processo n.: 26295-47.2012.4.01.3700, Ação Civil Pública cujos autores são a "Sociedade Maranhense de Direitos Humanos", "Conselho Indigenista Missionário - CMI" e Centro da Cultura Negra do Maranhão CC-N" contra a "Vale S/A" e o "Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA".

De acordo com uma perspectiva jurídica, a carência de produção de registros escritos e fotográficos das lutas surge como lacuna para a produção de "provas" nos processos, o que corrobora com as noções de "invisibilidade" e "marginalização".

Entende-se que esforços contrários à marginalização de trajetórias de grupos sociais em luta pela terra têm gerado a produção de propostas metodológicas e de interpretações sobre o lugar dessas lutas na memória. Estes debates têm tido destaque na alimentação de trabalhos teóricos assim como na construção de estratégias para as conquistas dos movimentos sociais organizados. As memórias construídas sobre a luta pela terra no País são objeto de confronto na sociedade, embora a memória dos próprios agentes raramente apareça incorporada nessas análises. Com este intuito foram então elaborados o Mapa dos Sonhos em cada oficina realizada.

O Mapa dos Sonhos é, portanto, um Mapa das Ideologias, construído da interação entre o mundo físico e o mundo das ideias. E, assim, constitui-se um mapa que pode exprimir um diálogo entre aquilo apresentado como resposta ao passado de luta pela terra, as mudanças importantes almejadas pelas comunidades assentadas e, por que não dizer, dos sonhos dos próprios pesquisadores em campo, com suas respectivas trajetórias e inserções político-acadêmicas.

Assim, o debate constitui uma síntese de sentidos próprios a quem vive uma determinada realidade, com suas respectivas semelhanças aos outros casos de Reforma Agrária no Brasil, e, finalmente, enquanto uma síntese desse próprio artigo. Por que fazer um mapa dos sonhos? Não se trata de colocar o Assentamento sentado no divã, mas utilizar a ferramenta, "Oficina de Mapeamento Participativo", como instrumento para criar uma relação entre a pauta de reivindicações do Assentamento e as possibilidades de desenvolvimento ainda não realizadas por falta de suporte do Estado (infraestrutura e assistência técnica).

Endurecidos pelo passado de lutas, omissões e promessas governamentais (cumpridas ou não), inicialmente demonstraram certo ceticismo em relação ao Mapa dos Sonhos, pois falar de suas carências como desejos futuros, desejos "reprimidos", é um processo que demanda relações de confiança entre pesquisadores e assentados.

O Mapa dos Sonhos trouxe informações precisas aos pesquisadores, já que algumas das demandas por infraestrutura básica, direitos constitucionais não garantidos e mesmo desrespeitados, ainda são pautas de luta, comuns a todos os assentamentos: posto de saúde (com presença permanente de técnico ambulatorial e ambulância; e presença periódica de um médico); melhoria das estradas vicinais; rede de água e de esgoto que atenda tanto às vilas

quanto à produção; ensino fundamental e médio ininterrupto, com formação técnica agropecuária; recolhimento de resíduos sólidos (“lixo”), reciclagem e compostagem.

Registramos algumas especificidades: casa do mel, viveiro de mudas, sede da cooperativa, caminhões e praça poliesportiva para o assentamento Califórnia; produção agrícola consorciada com árvores nativas da amazônia, túnel ou viaduto para atravessar os trilhos da EFC, um pé de açaí no centro da vila, sede da associação, centro social para reuniões sociais e políticas para o assentamento João do Vale; e, para o Planalto I, um cinturão verde formado por Reserva Legal de mata nativa cercando o assentamento, área de festa, área das mulheres, praça para idosos e igreja, demandas estas, todas, inerentes aos direitos de cidadania dessas comunidades.³⁹

Não pretendemos aqui criar uma teoria nova nem negligenciar as condições materiais objetivas nas quais pode se dar a implementação de programas de regularização fundiária e de reforma agrária. A desigualdade é um obstáculo real para a democracia e, assim, a ideia de tecnologia democrática, que vem sendo articulada por grupos de estudantes, pesquisadores e professores da linha de Justiça Ambiental do PPGSD/UFF, teve como princípio a necessidade de elaborar parecer sobre um conflito socioambiental específico no estado fluminense.

Sobre a tecnologia democrática enfatizamos o Laudo Multidisciplinar em Conflito Socioambiental elaborado pelo GT Ecosocial da UFF e projeto Nova Cartografia Social da UFAM. A experiência do GT Ecosocial repousa sobre perguntas feitas no seu prefácio redigido por Acselrad:

Que relação existe entre conflitos ambientais e democracia? Como a contraposição por vezes observada entre metas de reforma agrária e de conservação de ecossistemas, por exemplo, articula-se com o projeto de construção democrática? (Acselrad, 2007:15).

As respostas a estas perguntas partem do princípio que os conflitos são parte da democracia e os consensos nela produzidos são permeados de dissonâncias. Portanto, a tecnologia democrática não visa produzir consensos, mas trazer à tona as vozes destoantes (dissonantes), dando-lhes visibilidade e almejando no mínimo uma equivalência em termos de legitimidade de fala e poder nos espaços públicos. Trata-se de promover a expansão dos

³⁹ Vide anexo 3.

direitos sociais e políticos, por meio de instrumentos de pesquisa-ação e metodologias participativas⁴⁰.

Outra experiência que faz parte da preocupação deste trabalho em garantir coerência entre suas conclusões e perspectivas metodológicas, é a do projeto Nova Cartografia Social na Amazônia, sob coordenação da UFAM. Este projeto busca fortalecer os pontos de vista, as formas de ocupação do território e de utilização dos recursos naturais pelas populações e povos tradicionais da Amazônia, no sentido de confrontar visões de que as terras e florestas tropicais são inabitadas ou que as populações que ali vivem são residuais ou ainda indiferentes para o desenvolvimento nacional. Ao produzir cartografias sociais, em oposição a cartografias militares, ou mapas de produção (exploração de minério, potencial hídrico para construção e barragens, dentre outros), instrumentaliza as populações publicizando seu conhecimento e fazendo um enfrentamento sobre o que se quer e o que se pretende em cada território.

Por fim, acreditamos que com este breve relato e através dos instrumentos de pesquisa adotados pudemos evidenciar as perspectivas dos sujeitos históricos da reforma agrária sobre os processos sociais que protagonizam, bem como demonstrar a importância da manutenção dos programas de reforma agrária pelo Estado em articulação com os movimentos de luta pela terra. As oficinas de mapeamento e de registro da memória trouxeram à tona uma realidade ofuscada pela nuvem de fumaça que é associada ao desenvolvimento. Realidade esta que mostra que este desenvolvimento não é equânime nem democrático, ao contrário; mas que aponta para se pensar e fazer outras formas alternativas de desenvolvimento rural.

Referências Bibliográficas

ACSERALD, Henri (org). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. 2.ed. Belém: Ed. Supercores: 1995.

AMBIENTE BRASIL. *O que é passivo ambiental e o que representa para as empresas*. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/passivoambiental.html>

⁴⁰ “conjugar meio ambiente e democracia na prática desses espaços públicos discursivos, no intuito de compreender o quanto esses instrumentos de tecnologia democrática vêm, de fato, contribuindo para o aprofundamento da democracia na sociedade e na construção de um pacto sócio-ambiental mais justo e equânime.” (Alcántara, 2008:06)

DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

BANCO DO NORDESTE. *Agenda do Produtor Rural*, 2012.

BOSSI, Dário. Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão. In: Fórum Carajás. *Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais*. São Luís (MA), 2010. Acesso em: <http://www.forumcarajas.org.br/>.

BRUNO, Regina Angela Landim; SEVÁ, Janaina Tude. *O Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT)*. Memória Documental e Oral. Projeto de pesquisa CPDA/UFRRJ e REDES. Abril de 2012.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Crítica social e responsabilização empresarial. Análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental*. In: Cadernos CRH, v.21, n.53. Salvador, Maio/Agosto2008. Acesso em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Vidas pela vida! Vidas pelo reino da vida! Volta, Josimo!* – Livreto da Semana da Terra Padre Josimo. Imperatriz, Maranhão: Ética Editora, 2006.

FILHO, MASSON e COSTA (orgs). *Atlas político-jurídico do trabalho escravo contemporâneo no Maranhão*. Açailândia: Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarám CDVDH/CB, 2011.

FIOCRUZ/FASE. *Mapa dos Conflitos envolvendo casos de Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil*. Acesso em: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>

INST/CUT. Risco Ambiental. *Roteiros para avaliação das condições de vida e de trabalho*. São Paulo: CUT, 1992.

JUSTIÇA NOS TRILHOS. 'Não Vale'. Acesso em www.justicanostrilhos.org/nota/554.

MADEIRA FILHO, W.; Ribeiro, A. M.M; et al (orgs.). *Laudo Multidisciplinar em conflito socioambiental: o caso da reforma agrária no entorno da Rebio Poço das Antas*. Série Pesquisas n. 2. Niterói: PPGSD/UFF, 2007.

MADEIRA FILHO, Wilson. Comentários e debates. In: HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia (orgs.). *Racismo ambiental: I Seminário brasileiro contra o racismo ambiental*. Rio de Janeiro: FASE, 2006, pp. 248-252.

MARQUES, Antonio José e STAMPA, Inez Terezinha. *Arquivo mundo dos trabalhadores*. Coletânea do 2º Seminário Internacional – O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos: Memória.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MISSAGIO DE MATTOS, Izabel; SEVÁ, Janaina Tude. *Condições atuais de gestão ambiental em terras indígenas segundo a legislação ambiental e indigenista no país, com ênfase no PNGATI, e a possibilidade de contratação de serviços ambientais pelos Pareci*. DCS/UFRRJ. Maio/2011.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL NA AMAZÔNIA/UFAM. <http://www.novacartografiasocial.com/default.asp>

Ana Maria Motta Ribeiro; Janaína Tude Sevá; Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa; Deborah Zambrotti Pinaud

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do ‘indizível’ ao ‘dizível’. In: MORAES, Olga. *Experimentos com Histórias de vida*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

SANTOS FILHO, José dos Reis. GETAT: da regularização fundiária a práticas de controle político e social. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas*, v. 14, maio/jun. 1984.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo*. Guia Prático. SAF/MDA, 2006. http://www.mda.gov.br/portal/saf/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=6918965

DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

ANEXO 1



DO OUTRO LADO DOS TRILHOS: RETRATANDO ASSENTAMENTOS RURAIS AO LONGO DA ESTRADA DE FERRO CARAJÁS EM AÇAILÂNDIA (MA)

ANEXO 3

